



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2010, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações de Capitalização

No semestre, a Bradesco Capitalização S.A. manteve a política de fortalecimento de sua participação no mercado, atingindo receita de R\$ 1,120 bilhão, apresentando um crescimento de 24,96% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a receita alcançou R\$ 896,138 milhões. Foram sorteados 1.249 títulos (1.185 títulos em 2009), atingindo o montante de R\$ 23,916 milhões (R\$ 21,236 milhões em 2009) de prêmios sorteados aos clientes.

Com isso, pautada por uma política de fidelização dos clientes voltada para a qualidade no atendimento e a oferta de produtos inovadores, a Bradesco Capitalização encerrou o semestre com 2.583 milhões de clientes (2,525 milhões em 2009) e uma carteira de 16,350 milhões de títulos ativos (16,483 milhões em 2009).

Resultado do Semestre

A Bradesco Capitalização S.A. apresentou, no semestre, Lucro Líquido de R\$ 121,719 milhões (R\$ 107,969 milhões em 2009), representando uma rentabilidade de 19,56% sobre o Patrimônio Líquido.

Eventos Societários

Em 27 de janeiro, redução do capital social da Bradesco Capitalização S.A., em R\$ 21,174 milhões, mediante a restituição à sua única acionista, Bradesco Seguros S.A., com a utilização da participação societária que a Bradesco Capitalização S.A. detinha na empresa Átria Participações Ltda.

Informações mais detalhadas sobre evento societário constam das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Investimentos

Os ativos financeiros estão avaliados a valor de mercado, em atendimento à Circular SUSEP nº 379, de 19 de dezembro de 2008. Os efeitos gerados pela avaliação estão detalhados em nota explicativa específica. De acordo com o disposto nessa mesma Circular, a Bradesco Capitalização S.A. declara possuir a capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Marketing

A Bradesco Capitalização, em comemoração aos 50 anos de aniversário de Ayrton Senna, lançou o título de capitalização Pé Quente Bradesco Ayrton Senna 50 anos.

Lançou ainda o produto Ibi Capitalização Mais, com mensalidades entre R\$ 30 e R\$ 300, destinados aos clientes do Banco Ibi.

A Empresa patrocinou a sexta edição do "Viva a Mata" - mostra de iniciativas e projetos em prol da mata atlântica - o evento ocorreu em maio, na Arena de Eventos do Parque Ibirapuera, em São Paulo. A Fundação SOS Mata Atlântica foi a realizadora do projeto que comemorou o Dia Nacional da Mata Atlântica, em 27 de maio. O objetivo é a promoção da troca de informações e experiências entre os que lutam pela conservação do bioma, o fortalecimento do movimento ambientalista e a conscientização da sociedade.

Premiações

A Bradesco Capitalização foi contemplada com o Prêmio Segurador Brasil 2010, como "Destaque do Mercado" em seu ramo. O prêmio é promovido pela Revista Segurador Brasil.

Pelo quarto ano consecutivo a Bradesco Capitalização conquistou o prêmio Top Social ADBV RJ 2009, oferecido pela Associação

dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, com o case "Pé Quente Bradesco O Câncer de Mama no Alvo da Moda". A premiação valoriza as melhores práticas de responsabilidade social nas áreas de valorização humana, meio ambiente e cultura.

A Empresa recebeu ainda o Prêmio Fiema 2010 como destaque na categoria "Socioambiental", com o case "Ação Socioambiental realiza plantio de 20,6 milhões de árvores nativas e contribui para a recuperação da flora e fauna da Mata Atlântica". Na 4ª edição da Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente – Fiema Brasil 2010.

A Bradesco Capitalização recebeu o troféu Gaivota de Ouro nas categorias "Destaque Executivo de Capitalização", "Excelência e Liderança – Melhor Empresa de Capitalização" e "Excelência – Responsabilidade Social".

Rating

A agência de classificação de risco Standard & Poor's manteve o *rating* nacional da Bradesco Capitalização S.A. 'brAAA/Estável'. Destacou-se o sólido padrão de proteção financeira e patrimonial que a empresa garante a seus clientes.

Sistema de Gestão da Qualidade

A Bradesco Capitalização S.A. mantém seu sistema de gestão de qualidade e possui a versão atualizada da certificação NBR ISO 9001:2008 no escopo "Gestão de Títulos de Capitalização Bradesco". Tal certificado, concedido pela Fundação Vanzolini, atesta a qualidade dos seus processos internos e vem confirmar o princípio que está na origem dos Títulos de Capitalização Bradesco: bons produtos, bons serviços e evolução permanente.

Controles Internos

Durante o semestre, visando a atender as determinações legais sobre o tema, a Bradesco Capitalização S.A. prosseguiu com a avaliação e aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, em consonância com os princípios emanados pelos órgãos reguladores e em conformidade com a política corporativa adotada pela Organização Bradesco.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Capitalização S.A. busca, permanentemente, contribuir com as autoridades governamentais de controle, nacionais e internacionais, objetivando aderência às normas e regulamentações, editadas pelos órgãos competentes, relativas à Prevenção e ao Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, assim como o relacionamento diferenciado com os clientes enquadrados na condição de Pessoas Politicamente Expostas.

Diante disso, adota rigorosos controles e utiliza ferramentas tecnológicas, sujeitas a constante aprimoramento e avaliações. Elas suportam o processo de monitoramento, averiguação e análise das diversas operações/ocorrências, com vistas a prevenir e combater situações caracterizadas na legislação como de lavagem de dinheiro e/ou de financiamento ao terrorismo e suas correlatas. Adicionalmente, estimula o frequente treinamento dos colaboradores, por meio de publicações e divulgações de materiais de apoio (Manual, Curso *e-learning*, Cartilha), palestras, dentre outros.

Riscos: operacional, crédito, mercado, legal e subscrição

As políticas de gestão dos riscos implementadas estão alinhadas às melhores práticas de governança e de modelos adotados no mercado internacional, atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e de Governança Corporativa.

Estão inseridas, nesse contexto, as disseminações da cultura de gestão de riscos operacionais em vários níveis, a divulgação de políticas corporativas e estabelecimento de procedimento de monitoramento contínuo dos graus de exposição.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

São Paulo, 25 de agosto de 2010.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO (Em reais)

	2010	2009
ATIVO		
CIRCULANTE	2.134.781.788	1.556.833.169
Disponível	2.921.648	277.796
Caixa e bancos	2.921.648	277.796
Aplicações	2.075.398.293	1.497.619.571
Títulos de renda fixa	3.928	3.736
Títulos de renda variável	297.613.424	370.302.119
Quotas de fundos de investimentos	1.777.780.941	1.127.313.716
Títulos e créditos a receber	56.456.391	58.911.137
Títulos e créditos a receber	8.772.429	5.521.314
Créditos tributários e previdenciários	47.622.349	53.886.284
Outros créditos	3.339.757	2.963.209
Provisão para riscos de crédito	(3.278.144)	(3.459.670)
Despesas antecipadas	5.456	24.665
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.023.576.128	2.033.843.461
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.963.899.778	1.971.898.731
Aplicações	1.791.357.769	1.769.881.555
Títulos de renda fixa	182.841.960	127.620.944
Quotas de fundos de investimentos	1.608.515.809	1.642.260.611
Títulos e créditos a receber	172.542.009	202.017.176
Créditos tributários e previdenciários	29.511.603	42.660.078
Depósitos judiciais e fiscais	143.030.406	159.357.098
PERMANENTE	59.676.350	61.944.730
Investimentos	59.126.209	61.352.728
Participações societárias - financeiras	48.671.606	50.565.426
Imóveis destinados a renda	16.840.188	16.840.188
Outros investimentos	37.718.124	57.454.163
Provisão para desvalorização	(38.430.967)	(58.167.007)
Depreciação	(5.672.742)	(5.340.042)
Imobilizado	463.303	494.945
Bens móveis	1.072.244	1.029.252
Outras imobilizações	37.830	22.083
Depreciação	(646.771)	(556.390)
Intangível	86.838	97.057
Outros intangíveis	97.626	108.797
Redução ao valor recuperável	(10.788)	(11.740)
TOTAL DO ATIVO	4.158.357.916	3.590.676.630

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	2010	2009
PASSIVO		
CIRCULANTE	3.387.676.496	2.842.391.280
Contas a pagar	70.631.865	57.792.195
Obrigações a pagar	11.351.492	5.991.411
Impostos e encargos sociais a recolher	967.608	720.149
Encargos trabalhistas	632.648	595.601
Impostos e contribuições	57.680.117	50.485.034
Provisões técnicas - capitalização	3.317.044.631	2.784.599.085
Provisão para resgates	3.162.525.283	2.664.392.460
Provisão para sorteios	34.925.548	27.002.900
Outras provisões	119.593.800	93.203.725
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	148.286.407	315.272.774
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	148.286.407	315.272.774
Contas a pagar	23.067.445	23.742.990
Tributos diferidos	23.067.445	23.742.990
Outros débitos	125.218.962	291.529.784
Provisões judiciais	125.218.962	291.529.784
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	622.395.013	433.012.576
Capital social	156.000.000	150.000.000
Aumento de capital em aprovação	93.000.000	6.000.000
Reservas de reavaliação	822.737	861.456
Reservas de lucros	247.503.661	155.368.212
Ajustes com títulos e valores mobiliários	3.330.236	12.794.469
Lucros acumulados	121.738.379	107.988.439
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.158.357.916	3.590.676.630

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em reais)

	2010	2009
Receita líquida com títulos de capitalização	1.100.777.976	893.506.794
Receita bruta com títulos de capitalização	1.128.344.263	903.208.203
Devolução e cancelamento de títulos de capitalização	(8.568.611)	(7.070.140)
Varição das provisões técnicas	(18.997.676)	(2.631.269)
Despesas com títulos resgatados e sorteados	(970.031.390)	(776.044.853)
Despesas com resgates	(946.115.732)	(754.809.050)
Despesas com sorteios	(23.915.658)	(21.235.803)
Despesas de comercialização	(15.631.255)	(14.491.216)
Outras despesas operacionais	(790.381)	(526.257)
Despesas administrativas	(27.916.250)	(19.771.051)
Despesas com tributos	(6.523.186)	(5.479.376)
Resultado financeiro	120.364.981	93.071.612
Receitas financeiras	209.707.917	184.093.816
Despesas financeiras	(89.342.936)	(91.022.204)
Resultado patrimonial	3.006.069	1.829.826
Resultado operacional	203.256.564	172.095.479
Ganhos e perdas com ativos não correntes	-	5.328
Resultado antes dos impostos e participações	203.256.564	172.100.807
Imposto de renda	(51.238.552)	(39.874.355)
Contribuição social	(29.821.240)	(24.134.890)
Participações sobre o resultado	(477.753)	(122.483)
Lucro líquido do semestre	121.719.019	107.969.079
Quantidade de ações	234.013	243.171
Lucro líquido por ação - R\$	520,14	444,00

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em reais)

	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de títulos de capitalização	1.119.775.652	896.138.063
Outros recebimentos operacionais	1.403.096	822.750
Pagamentos de sinistros, beneficiários, resgates, sorteios e comissões	(780.085.688)	(777.652.283)
Pagamentos de despesas com operações de capitalização	(5.851.389)	(3.233.268)
Pagamentos de despesas e obrigações	(23.123.846)	(20.942.896)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(263.761)	(121.132)
Outros pagamentos operacionais	(1.190.653)	(2.711.678)
Recebimentos de juros e dividendos	6.743.876	10.091.093
Constituição de depósitos judiciais	(12.686.620)	(11.938.503)
Resgates de depósitos judiciais	1.101	18.680
Pagamentos de participações nos resultados	(447.501)	(323.800)
Caixa gerado pelas operações	304.274.267	90.147.026
Impostos e contribuições pagos	(106.300.327)	(125.558.558)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(529.255.577)	(1.146.802.553)
Vendas e resgates	397.896.955	1.231.257.626
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	66.615.318	49.043.541
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra de ativo permanente	(32.351)	(50.348.483)
Investimento	-	(50.000.000)
Imobilizado e intangível	(32.351)	(348.483)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(32.351)	(50.348.483)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	(64.261.057)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(64.261.057)	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	2.321.910	(1.304.942)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	599.738	1.582.738
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	2.921.648	277.796
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	2.321.910	(1.304.942)
Ativos livres no início do semestre	488.327.846	388.854.950
Ativos livres no final do semestre	349.711.440	393.009.983
(Redução) aumento nas aplicações financeiras - recursos livres	(138.616.406)	4.155.033

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em reais)

	Capital social	Aumento (redução) de capital em aprovação	Reservas de reavaliação-imóveis	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2008	440.000.000	(290.000.000)	880.816	25.308.642	136.059.570	(27.146.331)	285.102.697
Aumento (redução) de capital:							
Portaria SUSEP nº 935 de 03/02/2009	(290.000.000)	290.000.000	-	-	-	-	-
AGE de 26/03/2009	-	6.000.000	-	-	(6.000.000)	-	-
Reserva de reavaliação:							
Realização	-	-	(19.360)	-	-	19.360	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	39.940.800	39.940.800
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	107.969.079	107.969.079
Saldos em 30 de junho de 2009	150.000.000	6.000.000	861.456	25.308.642	130.059.570	12.794.469	433.012.576
Saldos em 31 de dezembro de 2009	156.000.000	-	842.097	38.835.248	322.842.741	43.704.965	562.225.051
Aumento (redução) de capital:							
AGE de 27/01/2010	-	(21.174.328)	-	-	-	-	(21.174.328)
AGE de 26/03/2010	-	104.000.000	-	-	(104.000.000)	-	-
AGE de 30/04/2010	-	10.174.328	-	-	(10.174.328)	-	-
Reserva de reavaliação:							
Realização	-	-	(19.360)	-	-	19.360	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(40.374.729)	(40.374.729)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	121.719.019	121.719.019
Saldos em 30 de junho de 2010	156.000.000	93.000.000	822.737	38.835.248	208.668.41		



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009 (Em reais)

1. Contexto operacional

A Empresa faz parte do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência e tem por objetivo social a exploração das operações de capitalização definidas na legislação vigente, operando em todo o território nacional. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), bem como com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP e CNSP. Está sendo também apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pelas Circulares SUSEP nºs 371/2008 e 375/2008 e complementada pela Circular SUSEP nº 379, divulgada em 19 de dezembro de 2008 e alterações posteriores.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Ativos circulante e não circulante - realizável a longo prazo

(i) Aplicações

Conforme determinações da SUSEP, as sociedades de capitalização devem classificar os títulos e valores mobiliários em três categorias:

- I - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados;
- II - Títulos disponíveis para venda - os títulos que não se enquadram nas categorias I e III;
- III - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção de mantê-los em carteira até o vencimento.

Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são registrados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo seu valor de mercado. Os títulos "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida ao resultado e os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

(ii) Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas. A Empresa constitui provisão para riscos de crédito em montante julgado suficiente para fazer face a prováveis perdas na realização de créditos a receber. Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da contribuição social para 15% são registrados até o limite das obrigações tributárias correspondentes.

(c) Operações de arrendamento mercantil

A Empresa realizou levantamento e análise dos contratos de aluguel vigentes e não foram identificados contratos com características de arrendamento mercantil.

(d) Permanente

(i) Investimentos

Apresentados pelo custo de aquisição, ajustado ao seu valor de provável realização mediante constituição de provisão para desvalorização. O investimento em controlada foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os imóveis destinados a renda estão demonstrados pelo custo de aquisição e deduzidos da depreciação acumulada. Os imóveis foram reavaliados de forma compulsória em 1998 por força das disposições das Circulares SUSEP nº 7/1997 e 50/1998, vigente à época da reavaliação. A provisão para desvalorização refere-se, substancialmente, a valores relativos a incentivos fiscais.

(ii) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

(iii) Intangível

Os ativos intangíveis, basicamente *softwares*, são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. Despesas com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, registrando os custos diretamente atribuíveis ao *software*, que são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

(e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Empresa, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecido no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(f) Passivos circulante e não circulante - exigível a longo prazo

(i) Provisões técnicas

As provisões para resgates e para sorteios são calculadas sobre os valores nominais dos títulos e atualizadas monetariamente, quando aplicável, com base em Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP.

A provisão para resgates de títulos vencidos, incluída na provisão para resgates, é constituída pelos valores de títulos já vencidos, porém não resgatados, sendo atualizada monetariamente com base nos indexadores previstos em cada plano.

A provisão para resgates de títulos antecipados, incluída na provisão para resgates, é constituída pelos valores de títulos com resgate solicitado e que ainda estão cumprindo carência, ou serão pagos aos clientes no mês seguinte e títulos com resgate solicitado cujo valor não foi retirado pelos clientes, sendo atualizada monetariamente com base nos indexadores previstos em cada plano.

A provisão para contingências, apresentada na rubrica Outras provisões, é calculada sobre o valor nominal de alguns planos com base em Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP, e sua constituição tem por objetivo garantir a manutenção das obrigações diante de imprevisos que possam vir a ocorrer em um determinado plano. A provisão administrativa, também apresentada na rubrica Outras provisões, foi constituída para cobrir despesas administrativas dos planos. As provisões técnicas são apresentadas no passivo circulante em função do prazo de carência ser inferior a 12 meses.

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de referência (I)	Ajuste da avaliação a mercado
Títulos para negociação	1.497.317.188	41.079.314	2.816.045	78.000.396	1.619.212.943	1.619.212.943	-
Certificado de depósito bancário	-	41.079.314	-	-	41.079.314	41.079.314	-
Letras financeiras do tesouro	1.341.779.905	-	-	75.159.005	1.416.938.910	1.416.938.910	-
Letras do tesouro nacional	-	-	2.816.045	-	2.816.045	2.816.045	-
Debêntures	140.512.226	-	-	2.841.391	143.353.617	143.353.617	-
Ações	1.828.926	-	-	-	1.828.926	1.828.926	-
Quotas de fundos de investimentos	13.196.131	-	-	-	13.196.131	13.196.131	-
Títulos disponíveis para venda	324.399.712	-	-	182.841.960	507.241.672	492.351.793	14.889.879
Ações	297.613.424	-	-	-	297.613.424	272.973.341	24.640.083
Fundos de investimentos imobiliários	26.782.360	-	-	-	26.782.360	42.816.207	(16.033.847)
Debêntures	3.928	-	-	182.841.960	182.845.888	176.562.245	6.283.643
Títulos mantidos até o vencimento	131.785.638	-	-	1.608.515.809	1.740.301.447	1.740.301.447	-
Notas do tesouro nacional	77.236.059	-	-	1.608.515.809	1.685.751.868	1.685.751.868	-
Letras financeiras do tesouro	54.549.579	-	-	-	54.549.579	54.549.579	-
Total em 2010	1.953.502.538	41.079.314	2.816.045	1.869.358.165	3.866.756.062	3.851.866.183	14.889.879
Total em 2009	1.406.612.474	30.299.393	-	1.830.589.259	3.267.501.126	3.244.944.929	22.556.197

(i) Representa o valor de mercado para os títulos classificados como "para negociação" e o valor de custo atualizado para os demais. Em relação aos títulos "mantidos até o vencimento", o valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado no montante de R\$ 65.400.865 (superior R\$ 52.880.225 em 2009).

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2010, a Empresa possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, que totalizavam R\$ 2.815.991 posição vendida (R\$ 28.900.895 posição comprada em 2009) como valor de referência, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (*hedge*), sempre visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e o custodiante, Banco Bradesco S.A., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBOVESPA para cálculos e apreamento constantes no manual de precificação da instituição. Todas as operações de derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOVESPA, bem como na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. O monitoramento das operações no mercado de derivativos é feito pelo gestor dos fundos, de forma ativa, através da mensuração do risco através do *Value at Risk* (VaR), parâmetro de referência para os ajustes necessários de posições, em consonância com as políticas de controle previamente estabelecidas e adotadas pelo gestor. A Área de Risco do gestor é responsável pela quantificação e avaliação diária das variáveis de risco de mercado, apurando o VaR para cada um dos portfólios.

5. Depósitos judiciais e fiscais

	2010	2009
IR e CSLL	134.898.310	151.542.180
ILL	3.841.718	3.632.154
Plano Verão	2.781.722	2.642.545
FINSOCIAL	1.020.463	1.020.463
Trabalhistas	201.978	260.162
Outros	286.215	259.594
	143.030.406	159.357.098

6. Investimentos

(a) Participações societárias

Dados em 30 de junho de 2010	Atlântica Capitalização S.A.	Átria Participações Ltda.	Total
Capital social	61.300.000	-	-
Quantidade de ações ON	44.088.376	-	-
Percentual de participação	81,03	-	-
Patrimônio líquido ajustado	60.067.514	-	-
Lucro líquido do semestre ajustado	2.404.619	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	-	-	-
Aquisição	50.000.000	-	50.000.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(739.250)	-	(739.250)
Resultado de equivalência patrimonial	1.304.676	-	1.304.676
Saldo em 30 de junho de 2009	50.565.426	-	50.565.426
Saldo em 31 de dezembro de 2009	52.096.515	21.174.328	73.270.843
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(5.373.328)	-	(5.373.328)
Baixa	-	(21.174.328)	(21.174.328)
Resultado de equivalência patrimonial	1.948.419	-	1.948.419
Saldo em 30 de junho de 2010	48.671.606	-	48.671.606

(b) Imóveis destinados a renda e outros investimentos

	Custo de Taxa anual	Provisão para depreciação	Valor residual
	reavaliação	desvalorização	2010
Terenos	- 8.522.673	(549.928)	7.972.745
Edificações	4% 8.317.515	(162.915)	2.481.858
Incentivos fiscais	- 36.763.970	(36.763.970)	-
Outros investimentos	- 954.154	(954.154)	-
Total em 2010	54.558.312	(38.430.967)	10.454.603
Total em 2009	74.294.351	(58.167.007)	10.787.302

(ii) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data de balanço. Foram constituídas provisões para imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120.000 para o semestre, e para contribuição social, à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor. De acordo com a Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/2007 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

(g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/2005.

(i) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em notas explicativas, se aplicável.

(ii) Passivos contingentes - são constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados e obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

(h) Atuação do resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando de seu efetivo recebimento e as correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos, classificadas como "Despesas de comercialização", são reconhecidas contabilmente quando incorridas. As despesas de corretagem são registradas quando do efetivo recebimento das contribuições aos planos de capitalização.

Os pagamentos dos resgates por sorteios são considerados como despesas do mês em que os mesmos se realizam. A participação dos funcionários no resultado da Empresa, apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria, é reconhecida no resultado de acordo com as metas estipuladas pela Administração do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência.

(i) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para riscos de crédito, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para desvalorização, depreciação, provisões técnicas e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa e a controlada revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

(j) Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade a SUSEP aprovou com a edição da Circular nº 379 de 19 de dezembro de 2008 diversos pronunciamentos do CPC (até o CPC 13, exceto o 11), com aplicação imediata dessas normas contábeis em 2009. Conforme Circular SUSEP nº 408 de 23 de agosto de 2010, o CPC 11 - Contratos de Seguros, será aplicado nas demonstrações contábeis individuais somente a partir de 1º de janeiro de 2011.

Adicionalmente, foram divulgadas pelo CPC outras normas contábeis e interpretações durante 2009 e primeiro semestre de 2010, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais, que até a presente data não foram aprovadas pela SUSEP.

Por meio da Circular nº 408/2010 a SUSEP esclarece que continuará acompanhando os pronunciamentos emitidos pelo CPC e as decorrentes ações a serem promovidas serão divulgadas por meio da Comissão Contábil criada pela Resolução CNSP nº 86/2002. A referida circular estabelece, ainda, que as demonstrações contábeis consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive, sejam elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, na forma homologada pelo CPC.

A Administração está efetuando a avaliação das novas práticas contábeis que serão requeridas para as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), considerando a Circular nº 408/2010, e até a presente data não foi praticável identificar/mensurar os efeitos que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações contábeis consolidadas da Empresa.

Dessa forma a Empresa está apresentando suas demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2010 utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2009.

4. Aplicações

(a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2010	%	2009	%
Títulos para negociação	1.619.212.943	41,88	1.045.786.782	32,01
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	1.617.294.775	41,83	1.043.652.998	31,94
Títulos de renda variável - fundos de investimentos	1.918.168	0,05	2.133.784	0,07
Títulos disponíveis para venda	507.241.672	13,12	544.129.767	16,65
Títulos de renda fixa - debêntures	182.845.888	4,73	127.624.680	3,91
Títulos de renda variável - ações	297.613.424	7,70	370.302.119	11,33
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos imobiliários	26.782.360	0,69	46.202.968	1,41
Títulos mantidos até o vencimento	1.740.301.447	45,00	1.677.584.577	51,34
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	1.740.301.447	45,00	1.677.584.577	51,34
	3.866.756.062	100,00	3.267.501.126	100,00

(b) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos classificados como "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os títulos que pertencem a fundos de investimentos abertos foram considerados com base no percentual de participação da Empresa nos fundos. O valor de mercado das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa privados têm o seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira, e se aproximam do seu valor de mercado. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores de mercado obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA).

	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de referência (I)	Ajuste da avaliação a mercado
Títulos para negociação	2.816.045	78.000.396	1.619.212.943	1.619.212.943	-
Certificado de depósito bancário	-	-	41.079.314	41.079.314	-
Letras financeiras do tesouro	-	75.159.005	1.416.938.910	1.416.938.910	-
Letras do tesouro nacional	2.816.045	-	2.816.045	2.816.045	-
Debêntures	-	2.841.391	143.353.617	143.353.617	-
Ações	-	-	1.828.926	1.828.926	-
Quotas de fundos de investimentos	-	-	13.196.131	13.196.131	-
Títulos disponíveis para venda	-	182.841.960	507.241.672	492.351.793	14.889.879
Ações	-	-	297.613.424	272.973.341	24.640.083
Fundos de investimentos imobiliários	-	-	26.782.360	42.816.207	(16.033.847)
Debêntures	-	182.841.960	182.845.888	176.562.245	6.283.643
Títulos mantidos até o vencimento	-	1.608.515.809			



10. Provisões técnicas		
(a) Composição		
	2010	2009
Provisão para resgates	3.162.525.283	2.664.392.460
Provisão matemática para resgates	2.728.693.556	2.239.459.657
Provisão para resgates de títulos vencidos	126.514.356	136.413.214
Provisão para resgates antecipados de títulos	307.317.371	288.519.589
Provisão para sorteios	34.925.548	27.002.900
Provisão para sorteios a realizar	31.765.790	24.172.260
Provisão para sorteios a pagar	3.159.758	2.830.640
Outras provisões	119.593.800	93.203.725
Provisão para contingências	7.423.701	8.408.983
Provisão administrativa	112.170.099	84.794.742
Saldos em 30 de junho	3.317.044.631	2.784.599.085

(b) Movimentação		
	2010	2009
No início do semestre	3.023.628.159	2.705.545.788
(+) Constituições	1.181.658.190	776.271.408
(-) Resgates/Sorteios	(970.031.390)	(776.044.853)
(+/-) Atualização monetária e juros	81.789.672	78.826.742
No final do semestre	3.317.044.631	2.784.599.085

11. Garantia das provisões técnicas		
Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:		
	2010	2009
Ações	297.613.424	260.144.051
Títulos de renda fixa	3.219.431.198	2.614.347.092
Imóveis	-	10.107.942
	3.517.044.622	2.884.599.085

12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(a) **Ativos contingentes**
A Empresa não tem ativos contingentes, passíveis de registros contábeis ou de divulgação.

(b) **Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
A Empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
A Administração da Empresa entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.
O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
A Empresa está discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.
A principal questão é:

- CSLL - dedutibilidade da base de cálculo do IR - R\$ 111.630.017 (R\$ 93.106.987 em 2009) - pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória da Empresa.

Em novembro de 2009, a Empresa aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/09, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não, em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Na Empresa, os principais processos incluídos nesse programa referem-se: (i) ao questionamento da CSLL exigida das companhias seguradoras e de capitalização nos anos-base de 1995 a 1998 por alíquotas superiores às aplicadas às pessoas jurídicas em geral; e (ii) ao não recolhimento da CSLL dos anos-base de 1996 a 1998, nos anos quais a Empresa não possuía empregados, uma vez que o inciso I, artigo 195, da Constituição Federal prevê que essa contribuição somente é devida pelos empregadores.

Considerando as determinações específicas do referido programa, os efeitos contábeis das ações judiciais incluídas na modalidade pagamento à vista foram reconhecidos no momento da adesão. Para as ações judiciais a serem incluídas na modalidade do parcelamento, que serão posteriormente especificadas e formalmente incluídas pela consolidação dos débitos a ser realizada junto a RFB, não houve efeito contábil a reconhecer, uma vez que neste momento não é possível determinar e quantificar as ações judiciais a serem inseridas na modalidade parcelamento, bem como os ganhos decorrentes do mesmo.

O total líquido resultante da adesão ao programa montou a R\$ 53.930.516 e foi substancialmente registrado na rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais no segundo semestre de 2009. A Empresa não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de contribuição social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a referida Lei.

(ii) **Processos trabalhistas**
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

(iii) **Processos cíveis**
Referem-se à estimativa global de perdas decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente.
As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado do exercício.
Não existem em curso passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

13. Patrimônio líquido				
(a) Capital social e dividendos				
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 234.013 (243.171 em 2009) ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.				
(b) Atos societários				
(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2009, o acionista da Empresa deliberou, entre outros assuntos, o aumento de capital no montante de R\$ 6.000.000, mediante a capitalização de parte do saldo da conta Reservas de Lucros - reserva estatutária, sem emissão de ações. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 1.016, de 05 de agosto de 2009.				
(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2010, o acionista da Empresa deliberou sobre a redução de capital no montante de R\$ 21.174.328, com a entrega de sua participação na Átria Participações Ltda., mediante o cancelamento de 9.158 ações ordinárias nominativo-escriturais, sem valor nominal. Este ato societário encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.				
(iii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2010, o acionista da Empresa deliberou, entre outros assuntos, o aumento de capital no montante de R\$ 104.000.000, mediante a capitalização do saldo da conta Reservas de Lucros - reserva estatutária de 2007 - R\$ 18.568.124; e parte do saldo da conta Reservas de Lucros - reserva estatutária de 2008 - R\$ 85.431.876, sem emissão de ações. Este ato societário encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.				
(iv) Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, o acionista da Empresa deliberou, entre outros assuntos, pelo aumento de capital no montante de R\$ 10.174.328, mediante a capitalização de parte do saldo das contas Reservas de Lucros - reserva estatutária de 2008, sem emissão de ações. Este ato societário encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.				
(c) Reserva de reavaliação				
Nos termos do art.6º, capítulo 22 da Lei nº 11.638/2007, a Empresa optou por manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até sua efetiva realização.				
(d) Reserva legal				
Constituída ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.				
(e) Reserva estatutária				
Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.				
No início do semestre	108.927.191	257.844	147.540	109.332.575
Constituições	12.822.375	14.095	2.993	12.839.463
Reversões monetárias	-	(34.831)	(56.105)	(90.936)
Atualização monetária	3.137.860	-	-	3.137.860
No final do semestre de 2010	124.887.426	237.108	94.428	125.218.962
No final do semestre de 2009	290.854.916	283.550	391.318	291.529.784

(a) **Capital social e dividendos**
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 234.013 (243.171 em 2009) ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

(b) **Atos societários**
(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2009, o acionista da Empresa deliberou, entre outros assuntos, o aumento de capital no montante de R\$ 6.000.000, mediante a capitalização de parte do saldo da conta Reservas de Lucros - reserva estatutária, sem emissão de ações. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 1.016, de 05 de agosto de 2009.

(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2010, o acionista da Empresa deliberou sobre a redução de capital no montante de R\$ 21.174.328, com a entrega de sua participação na Átria Participações Ltda., mediante o cancelamento de 9.158 ações ordinárias nominativo-escriturais, sem valor nominal. Este ato societário encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.

(iii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2010, o acionista da Empresa deliberou, entre outros assuntos, o aumento de capital no montante de R\$ 104.000.000, mediante a capitalização do saldo da conta Reservas de Lucros - reserva estatutária de 2007 - R\$ 18.568.124; e parte do saldo da conta Reservas de Lucros - reserva estatutária de 2008 - R\$ 85.431.876, sem emissão de ações. Este ato societário encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.

(iv) Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, o acionista da Empresa deliberou, entre outros assuntos, pelo aumento de capital no montante de R\$ 10.174.328, mediante a capitalização de parte do saldo das contas Reservas de Lucros - reserva estatutária de 2008, sem emissão de ações. Este ato societário encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.

(c) **Reserva de reavaliação**
Nos termos do art.6º, capítulo 22 da Lei nº 11.638/2007, a Empresa optou por manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até sua efetiva realização.

(d) **Reserva legal**
Constituída ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(e) **Reserva estatutária**
Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

14. Detalhamento das contas da demonstração de resultado		
(a) Despesas de comercialização		
	2010	2009
Despesas de corretagem	(2.574.907)	(595.588)
Despesas de custeamento de vendas	(11.714.163)	(12.396.471)
Outras despesas de comercialização	(1.342.185)	(1.499.157)
	(15.631.255)	(14.491.216)

DIRETORIA

Norton Glabes Labes	- Diretor-Presidente	Jair de Almeida Lacerda Júnior
Samuel Monteiro dos Santos Junior	- Diretor Vice-Presidente Executivo	Atuário - MIBA nº 809
Marcos Suryan Neto	- Diretor Gerente	Getúlio Antônio Guidini
Ivan Luiz Gontijo Júnior	- Diretor Gerente	Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP
Ricardo Alahmar	- Diretor	
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	- Diretor	

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Bradesco Capitalização S.A.

- Examinamos os balanços patrimoniais da Bradesco Capitalização S.A. em 30 de junho de 2010 e de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos semestres findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreendem, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 30 de junho de 2010 e de 2009 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa dos semestres findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(b) Outras despesas operacionais		
	2010	2009
Constituição de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(73.848)	(55.966)
Central de atendimento	(649.760)	(343.311)
Outras despesas operacionais	(66.773)	(126.980)
	(790.381)	(526.257)

(c) Despesas administrativas		
	2010	2009
Despesas com pessoal próprio	(8.602.074)	(5.788.507)
Despesas com serviços de terceiros	(4.797.254)	(3.902.269)
Despesas com localização e funcionamento	(8.390.405)	(7.542.709)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(3.962.845)	(1.528.380)
Despesas com publicações	(957.248)	(139.887)
Despesas com donativos e contribuições	(812.131)	(737.953)
Outras despesas administrativas	(394.293)	(131.346)
	(27.916.250)	(19.771.051)

(d) Despesas com tributos		
	2010	2009
Despesas com PIS	(853.157)	(729.847)
Despesas com COFINS	(5.250.197)	(4.491.363)
Despesas com taxa de fiscalização	(405.609)	(213.473)
Outras despesas com tributos	(14.223)	(44.693)
	(6.523.186)	(5.479.376)

(e) Resultado financeiro		
	2010	2009
(i) Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	193.127.003	163.779.701
Receitas com títulos de renda variável	12.370.469	13.581.656
Receita com atualização monetária de créditos tributários	1.056.638	3.074.894
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.137.266	3.531.643
Outras receitas financeiras	16.541	125.922
	209.707.917	184.093.816

(ii) Despesas financeiras		
Prejuízo na venda de títulos e valores mobiliários	(886.724)	(1.681.408)
Tributação sobre operações financeiras	(1.425.441)	(1.635.302)
Atualização monetária contingências passivas	(3.137.860)	(7.028.276)
Despesas financeiras com títulos de capitalização	(81.789.672)	(78.826.742)
Outras despesas financeiras	(2.103.239)	(1.850.476)
	(89.342.936)	(91.022.204)
	120.364.981	93.071.612

(f) Resultado patrimonial		
	2010	2009
Receitas com aluguel	1.224.000	691.500
Depreciação de imóveis destinados a renda	(166.350)	(166.350)
Receita com equivalência patrimonial	1.948.419	1.304.676
	3.006.069	1.829.876

15. Imposto de renda e contribuição social		
(a) Demonstração do cálculo dos encargos com impostos de renda e contribuição social		
	2010	2009
Resultado antes de impostos e participações	203.256.564	172.100.807
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(81.302.626)	(68.840.323)
Equivalência patrimonial tributada nas controladas	779.368	521.870
Participações no resultado	191.101	48.993
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (2)	200.640	27.758
Receitas não tributáveis, líquidas das despesas indutíveis	(1.589.456)	3.134.415
Outros valores	661.181	1.098.042
Imposto de renda e contribuição social no semestre	(81.059.792)	(64.009.245)

- (1) A partir de 1º de maio de 2008, a alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº 413/2008 (convertida na Lei nº 11.727/2008), permanecendo a 9% para as demais empresas;
(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

(b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social		
	2010	2009
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no semestre sobre adições temporárias	(1.337.600)	733.108
Subtotal	(1.337.600)	733.108
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(79.722.192)	(64.742.353)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(81.059.792)	(64.009.245)

(c) Composição dos créditos tributários e previdenciários				
	2010		2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Diferenças temporárias	3.477.964	29.511.603	32.989.567	5.284.881
Impostos a compensar	44.144.385	-	44.144.385	48.601.403
Total	47.622.349	29.511.603	77.133.952	53.886.284

(d) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos			
	Saldo em 31/12/2009	Constituição (realização)	Saldo em 30/06/2010 (i)
Provisão para riscos de crédito	57.961	-	57.961
Provisão para contingências cíveis	59.905	(4.666)	55.239
Provisão para contingências fiscais	13.627.321	3.383.576	17.010.897
Provisão para contingências trabalhistas	103.138	(7.190)	95.948
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	15.087.249	-	15.087.249
Provisão para desvalorização de bens imóveis	178.211	-	178.211
Outros	3.958.475	(3.454.413)	504.062
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	33.072.260	(82.693)	32.989.567

	Saldo em 31/12/2008	Constituição (realização)	Saldo em 30/06/2009 (ii)
Provisão para riscos de crédito	130.572	-	130.572
Provisão para contingências cíveis	139.879	26.238	166.117
Provisão para contingências fiscais	20.677.438	3.416.183	24.093.621
Provisão para contingências trabalhistas	107.681	5.739	113.420
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	22.981.665	-	22.981.665
Provisão para desvalorização de bens imóveis	178.211	-	178.211
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	18.097.554	(18.097.554)	-
Outros	1.982.438	(1.701.085)	281.353
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	64.295.438	(16.350.479)	47.944.959

(1) Contempla o crédito tributário relativo à elevação da alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros, determinada